

Dilemas da Educação: ritos, preços e salários

EDUARDO TRECCE

BRASÍLIA — A discussão no Senado sobre os 152 artigos que compõem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) poderá se alongar por vários meses, levando-se em conta o rito regimental a ser seguido. A LDB se encontra desde o início do mês na Comissão de Educação do Senado para ser debatida e receber parecer do relator, senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), que não tem prazo para apresentar suas conclusões.

Para se ter uma idéia da possível demora na apreciação da LDB pelo Senado, basta dizer que os 27 parlamentares titulares da Comissão de Educação poderão propor emendas à lei a qualquer tempo durante os tra-

balhos da comissão. A LDB demorou cinco anos para ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

O rito de passagem da LDB pelo Senado se estenderá até o plenário da Casa, após a aprovação do parecer final do relator Cid Sabóia pela Comissão de Educação. Lido o parecer pela Mesa, será aberto prazo para que os senadores apresentem suas emendas. Somente depois de apreciadas essas emendas pelo plenário é que a lei, modificada ou não, será incluída na ordem do dia para a votação final.

No caso de ser emendada pelo Senado, a LDB voltará então ao plenário da Câmara para a votação definitiva de seu texto. Depois disso, a LDB será enviada ao presidente Itamar Franco para sanção.



Murílio Hingel, ministro da Educação: revendo o projeto das mensalidades